

DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO ENSINO

SUPERIOR: as políticas de acesso e permanência nas IFES da região Norte do Brasil.

DESIGUALDAD SOCIAL Y POBREZA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: las políticas de acceso y permanencia en las IFES de la región Norte de Brasil.

José Wilson Rodrigues de Melo¹

Resumo

O Brasil, em seus acúmulos históricos, construiu-se ao edificar as desigualdades regionais. A região Norte é expressiva pela biodiversidade amazônica e pela diversidade dos povos. Dispõe de 45,25% do território nacional. Situa-se como a região de maior extensão territorial. Segundo o IBGE (2014) a população é de 17,2 milhões de habitantes. Conta com o segundo menor IDH (em 2005) e o menor PIB (em 2010) do país. O pressuposto inicial deste estudo é o de que as universidades são agências para ampliar o conhecimento científico e tecnológico e o desenvolvimento humano. O presente estudo objetivou analisar a desigualdade social e a pobreza em confronto com as políticas de acesso e permanência nas IFES da região Norte entre os anos de 2005 a 2010. A análise consistiu em identificar elementos da desigualdade social em confronto com a desigualdade educacional. A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos. O estudo verificou a complexidade da educação superior mediante as políticas de acesso e permanência no enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza. Assim, o acesso, a equidade e permanência continuam a desafiar a democratização da educação superior na região Norte.

Palavras-chave: Desigualdade social, Pobreza, Políticas educacionais, Educação superior, Norte do Brasil.

Resumen

Brasil, en sus acúmulos históricos, se construyó al edificar las desigualdades regionales. La región Norte es expresiva por la biodiversidad amazónica y la diversidad de los pueblos. Dispone del 45,25% del territorio nacional. Se sitúa como la región de mayor extensión territorial. Según el IBGE (2014) la población es de 17,2 millones de habitantes. Cuenta con el segundo menor IDH (en 2005) y el menor PIB (en 2010) del país. El supuesto inicial de este estudio es que las universidades son agencias para ampliar el conocimiento científico y tecnológico y el desarrollo humano. El presente estudio objetivó analizar la desigualdad social y la pobreza en confrontación con las políticas de acceso y permanencia en las IFES de la región Norte entre los años 2005 a 2010. El análisis consistió en identificar elementos de la desigualdad social en confrontación con la desigualdad educativa. La metodología utilizada fue basada en revisión bibliográfica y análisis de datos estadísticos. El estudio verificó la complejidad de la educación superior mediante las políticas de acceso y permanencia en el enfrentamiento de las desigualdades sociales y de la pobreza. Así, el acceso, la equidad y la permanencia continúan desafiando la democratización de la educación superior en la región Norte.

¹ Pós-doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Montréal, Canadá (2013). Universidade Federal do Tocantins – UFT, Brasil. jwilsonrm@uft.edu.br

Palabras-claves: Desigualdad social, Pobreza, Políticas educativas, Educación superior, Norte de Brasil.

Considerações iniciais.

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, teve sua origem histórica baseada na empresa colonial de exploração. A égide de invenção do país trouxe, já nos primórdios, o germe da desigualdade. Como condição primeira dessa realidade estava o binômio Metrópole *versus* Colônia. Internamente a relação social calcada na senhoria e na servidão. Na dimensão senhorial estava o colonizador europeu com seu antípoda centrado no “negro da terra”, futuramente substituído pelo cativo d’África. Essa díade moveu a roda econômica, social e cultural na instauração de uma ordem com reflexos nítidos na contemporaneidade nacional. Uma história de exclusão firmada em grilhões de desigualdade.

O presente estudo objetivou analisar a desigualdade social e a pobreza em confronto com as políticas de acesso e permanência nas IFES da região Norte entre os anos de 2005 a 2010. A análise consistiu em identificar elementos da desigualdade social em confronto com a desigualdade educacional. Daí buscou-se verificar o papel das políticas de acesso e permanência nas IFES da região Norte no diálogo com uma realidade marcada por assimetrias regionais. O pressuposto inicial deste estudo é o de que as universidades são agências para ampliar o conhecimento científico e tecnológico e o desenvolvimento humano. Deste modo são indispensáveis políticas públicas para o ensino superior. A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos. O estudo verificou a complexidade da educação superior mediante as políticas de acesso e permanência no enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza.

1 A pobreza no Brasil: assimetrias regionais.

Mas, o que é pobreza, afinal? A pobreza pode ser entendida como um estágio de escassez material com abrangência para as dimensões social e cultural. A âncora dessa condição é a deficiência econômica para viver com o mínimo de dignidade. Pobre é situação do sujeito sem condições de bens culturais e materiais com implicações marcantes para a existência humana.

Para Barros, Henriques e Mendonça:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. [...], (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, P. 124).

Face ao exposto pode ser apurado a existência de uma extrema desigualdade na distribuição dos bens materiais e culturais no país. Tal estado de coisas condensa bolsões de pobreza principalmente nas regiões Nordeste e Norte. Assim, é considerável o desafio para romper com essa herança histórica e marcada pela injustiça social. O quadro estabelecido deixa de fora da cidadania contingentes populacionais com marcas de exclusão onde predomina uma perda da dignidade humana. Neste particular o país ocupa ainda as posições de desigualdades mais elevadas do mundo à revelia de alguns avanços na diminuição da

pobreza nos últimos anos. Falar em democracia perdura como uma premência na sociedade nacional.

Um modo de demonstração das assimetrias regionais pode ser captado pelo cruzamento entre o quantitativo populacional e a distribuição do PIB - Produto Interno Bruto a partir de indicadores do IBGE (2010). Nessa sistematização a região Sudeste apresenta a razão 42,1 e 55,4; o Sul fica com 14,4 e 16,5; o Centro-Oeste dispõe de 7,4 e 9,3; o Nordeste com 27,8 e 13,5; e, por fim, a região Norte com a razão 8,3 e 5,3. Os dados indicam a proporcionalidade do PIB/Pop nas regiões do centro-sul (Centro-Oeste (1,26), Sudeste (1,32) e Sul (1,14)) como superior a 1. Isso indica uma produção de valor monetário superior ao quantitativo populacional. Por outro lado a mesma razão alcança resultados inferiores no Norte e no Nordeste, respectivamente 0,64 e 0,49. É inferido daí que cada cidadão das regiões mais desenvolvidas fez jus a uma renda média derivada dos setores produtivos (primário, secundário e terciário) consideravelmente superior às demais. (AMPARO, 2013, p. 176).

2 Desigualdade social e diversidade no Norte do país.

O Relatório Regional de Desenvolvimento Humano traz a América Latina e o Caribe como os contextos regionais de maior desigualdade social do mundo e com baixa mobilidade socioeconômica (PNUD-Brasil, 2010). O Brasil, em seus acúmulos históricos, construiu-se ao edificar as desigualdades regionais. A região Norte é expressiva pela biodiversidade amazônica e pela diversidade dos povos. Dispõe de 45,25% do território nacional. Situa-se como a região de maior extensão territorial e menor índice populacional.

Segundo o IBGE (2014) a população dessa região é de 17,2 milhões de habitantes. Conta com o segundo menor IDH e o menor PIB do país. Nesta região específica o ensino superior não destoia do país em seus resultados elitistas e excludentes. Historicamente o ensino superior de qualidade foi para as camadas de melhor situação socioeconômica e cultural. Ainda que haja distorções internas nesta classificação na contemporaneidade. Os de menor poder aquisitivo, quando acessam as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, fazem-no na condição de sujeitos classificados com escores menores.

3 Ensino Superior Público Federal Brasileiro e sua representação regional.

Em termos brutos os números da Educação Superior apresentam um total de 34.366 cursos de graduação ofertados em 2.407 instituições de educação superior (IES) no Brasil para um total de 8.052.254 estudantes matriculados. Ainda conforme as estatísticas existem 197 universidades no país. Isso equivale a 8,2% do total de IES, mas concentram 53,7% das matrículas em cursos de graduação.

Ao ser tomado para análise a taxa líquida de matrícula na Educação Superior é obtida o índice de 18,1%). Isso significa que 18,1% da população brasileira entre 18 a 24 anos estão matriculados nesse nível de educação. Caso os número da matrícula líquida neste nível de ensino sejam dissecados os seguintes dados são obtidos: A diferença entre as taxas líquidas de matrícula das populações urbana (19,9%) e rural (6,5%) é de 13,4%; a desproporção entre o quartil mais rico (41,5%) e o quartil mais pobre da população (6,9%) foi de 34,6%. Quando essa mesma taxa de matrícula reflete a cor da pele obtém-se que a população branca apresentou quase o dobro das taxas das populações parda e preta. (PNAD/IBGE, 2015). Neste recorte podem ser encontrada uma maior representação populacional branca nas regiões Sudeste e Sul e uma predominância de negros e pardos no Nordeste e no Norte de pardos e brancos.

A distribuição racial na educação superior brasileiro no recorte da região Norte apresenta os dados a seguir. Os brancos somam 23,61%; A cor preta constitui 7,7%; Os pardos são 63,08%; os amarelos representam 3,23% e os indígenas 2,37%. (MEC/INEP, 2015).

Quando a mesma taxa de matrícula é desmembrada por regiões, os dados demonstraram um percentual de 11,9% tanto para o Norte quanto para o Nordeste, portanto menor em relação ao nacional; o Sudeste obteve um montante de 20,1%; o Sul 22,1% e o Centro-Oeste 23,9% constituindo o destaque do indicador. O Centro-Sul conseguiu patamares superiores à taxa de 18,1% alcançado pelo conjunto do país. (PNAD/IBGE, 2015).

4 As políticas de acesso e permanência nas IFES da região Norte.

Ao ser recortada a população jovem brasileira entre 18 e 24 para efeitos de análise do acesso e permanência na educação superior ainda é bastante incipiente o número de sujeitos a acessar, permanecer e ser diplomada nas instituições públicas de ensino superior. A diplomação alcança um percentual médio de 25% do total das matrículas. A evasão alcança um montante de 21% (UNIVERSIA BRASIL, 2015). Fica patente o quanto é necessário caminhar para a democratização da universidade brasileira.

É histórica a limitação de acesso e permanência na educação superior pública nacional para grupos étnicos excluídos ou margem das condições cidadãs como pardos, indígenas e afrodescendentes além de estratos marcados por condicionantes de limitação de renda. Essa limitação são elementos ligados à estruturação da sociedade. Daí, faz-se indispensável a promoção de políticas de igualdade como forma de mitigação das desigualdades sociais. Afinal de contas a educação superior é um fator de estratificação social com diminuição acentuada dos índices de pobreza.

As políticas públicas de ação afirmativa, popularmente conhecida como << Lei de Cotas >>, constituem um marco legal voltado para a cristalização e a uniformização das ações congêneres desenvolvidas por várias universidades. É uma norma para definir a obrigatoriedade da reserva de vagas para grupos com baixa representatividade ao nível da educação superior. Obviamente as políticas de cotas necessitam de coadjuvantes para garantir a permanência.

Doracy Carvalho ao concluir pesquisa assevera ser importante “o acesso das minorias à universidade, via ações afirmativas, precisamos persistir no esforço de construir uma sociedade mais igualitária e uma educação menos pragmática e utilitária, portanto, voltada para uma lógica democrática e emancipadora.” (CARVALHO, 2010, p.170)

O desenvolvimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa de Bolsa Permanência (PBP), Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), e o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) estiveram consorciados para garantir a permanência entre os anos de 2010 e 2015.

Os índices percentuais de evasão anual e média dos cursos das IES públicas federais na Região Norte entre 2011-2014 são apresentados a seguir. Tomando-se a média geral da região foi alcançado o valor 11,35%. A maior média foi observada em Rondônia (17,94%) enquanto a menor ficou com o Pará (5,87%). No período observado os anos de 2012 e 2013 destacaram-se no quesito estudado. As instituições de ensino federais de ensino superior de Rondônia (24,7%) e do Acre (48,36%) respectivamente. (FRANCO, CES/INEP, 2014, p.109).

De acordo com Ronaldo Colveiro e Danilo Jovino:

Para as instituições públicas, a solução seria um maior investimento no aluno, com políticas que garantam moradia, alimentação e transporte ao mesmo, que muitas vezes sai de sua cidade natal com esperança de cursar um ensino superior e fica à margem da cidade sede da instituição, não consegue conciliar jornada de trabalho e estudos (fato que foi demonstrado neste trabalho como sendo também um dos fatores da evasão) e sem condições de continuar estudando acaba desligando-se do conjunto de instituições públicas. (COLVEIRO e JOVINO, 2014, p.83).

Dos Santos afirma perceber um olhar acentuado para as deficiências e dificuldades dos estudantes em permanecer na universidade. Para ela, os motivos mais apontados são: “falta de motivação para continuar estudando e a falta de hábitos e técnicas de estudo individualizado, a dificuldade de organizar o tempo disponível para os estudos, a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, formação escolar anterior precária”. Ainda conforme a autora “tais olhares denotam a carência de estudos que verifiquem as condições da oferta de educação, bem como a qualidade do ensino dirigido aos estudantes.” (DOS SANTOS, 2016, p.08).

Considerações finais.

As grandes distâncias geográficas e a falta de infraestrutura básica da área regional em destaque estabelecem um conflito no âmbito da “judicialização” e da “jurisdicização” ao constatar a debilidade dos recursos financeiros para financiar as políticas públicas. Isso traz sérias consequências para a efetivação da educação superior como um direito subjetivo conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). É sabido que o financiamento é o fator crucial do esforço governamental para ampliar o acesso e a permanência no ensino superior. Essas implicações demonstram a tibieza da ação democrática para a inclusão social. O tensionamento das políticas educacionais para o ensino superior as tornam insuficientes para o enfrentamento das desigualdades sociais e a pobreza. As políticas de acesso necessitam encontrar coadjuvantes para possibilitar a permanência de estudantes pobres com vistas à diplomação. Assim, o acesso, a equidade e permanência continuam a desafiar a democratização da educação superior a região Norte brasileira.

Referências

AMPARO, Paulo Pitanga. *Os desafios a uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil*. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 175-192, jan./jun. 2014.

Censo Demográfico 2010. IBGE. Disponível em<
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf,
acesso em 20 de agosto de 2017.

DE BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 42, fev. 2000, p. 124 – 142.

DE CARVALHO, Doracy Dias Aguiar. *A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas*. Goiânia : UFG, 2010. (Dissertação de Mestrado)

COLVEIRO, Ronaldo Bernardino e JOVINO, Danilo Pedro. *Evasão acadêmica nas IES do Brasil: uma análise do ano de 2010*. Revista Argentina de Educación Superior, año 6, n.8, junio de 2014, p. 62 – 85.

DOS SANTOS, Priscila Kohls. Santos. *Evasão na educação superior: uma análise a partir de publicações na ANPED e CAPES (2000 a 2012)*. Tercera Conferencia Latinoamericana sobre el Abandono en la Educación Superior (III CLABES), 2014. 15

FRANCO, Luciano Correia. *Evasão nos cursos superiores da região norte e estudo comparativo para avaliação das IFES tocantinenses*. Palmas : UFT, 2016. (Dissertação de Mestrado).

Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

PNUD. Brasil mantém tendência de crescimento do IDH e reduz pobreza multidimensional, diz Relatório de Desenvolvimento Humano 2015. Disponível em:
<< <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4237>>>, acesso 15/03/2017.

UNIVERSIA BRASIL. Disponível em:
<<<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2015/10/06/1132040/indice-evasao-ensino-superior-brasil-cerca-21-inscreva-seminario.html>>>. Acesso em 26/03/2017.